

# Editorial

Caros amigos e colegas, atores, avaliadores, leitores e público em geral, é com grande satisfação que lançamos este novo número da revista ABET. Nesta edição, temos duas novidades em relação ao nosso *journal*. A primeira delas é referente à periodicidade, que em função da elevada demanda qualificada dos artigos enviados à nossa revista, nos motivou a alterar a sua periodicidade, passando de semestral para quadrimestral, sendo as três edições do ano referentes aos períodos de janeiro a abril, maio a agosto e setembro a dezembro, e suas publicações acontecendo respectivamente nos meses de maio, setembro e janeiro.

A segunda boa nova é com relação ao número de artigos publicados em cada edição, que passou de 6 para 8. Assim, no total, em relação ao período de um ano saltamos da publicação de 12 para 24 artigos/ ano, o que corresponderia a cerca de 5,64% do total de artigos publicados por ano nos periódicos de turismo do Brasil (considerando aqueles cadastrados na base “Publicações de Turismo”, coordenada pelo prof. Dr. Glauber dos Santos, do IF de São Paulo).

Essas informações são importantes, pois demonstram o amadurecimento institucional e qualitativo da revista, que recebe manuscritos de expoentes do campo turístico, tanto no cenário nacional quanto internacional. Além disso, a indexação da revista em bases de dados nacionais e internacionais também corrobora a rápida evolução desse periódico que já entra em seu quarto ano de existência.

Cumpramos ressaltar que, também em função do crescimento quantitativo e qualitativo da revista ABET, uma de suas características iniciais – ser voltada para a integração com o público da graduação, promovendo o estímulo à produção de estudos neste nível e a sua recepção para possível divulgação neste periódico – passou a se tornar incompatível com a atual estrutura e orientação da revista, uma vez que as próprias exigências avaliativas dos periódicos impedem o excesso de endogenia e a difusão de artigos não científicos em periódicos de ponta.

Assim, visando manter o compromisso da ABET em ser um periódico líder, em termos de reputação e credibilidade científicas, no cenário mineiro e dos mais respeitados do país, é que mantemos a linha editorial da ABET voltada para a recepção de estudos de alta qualidade e inovação científica, ao passo que, sem se desvincular completamente do público da graduação – afinal, serão os futuros mestres e doutores – é que criamos um novo periódico: a ABET.Jr. (<http://abetjr.ufjf.emnuvens.com.br/abetjr>), que é voltado exclusivamente à inserção do público estudantil da graduação.

Especificamente nesta edição trazemos à lume oito artigos que transitam entre a diversidade temática da área

de gestão pública do turismo, articulação dos atores e patrimônio, passando pela discussão teórica sobre mobilidade, empírica sobre fluxos turísticos, e depois um panorama avaliativo das pesquisas em turismo e sua utilização.

Para demonstrar a relevância e prestígio que vem alcançando nossa ABET, o artigo de abertura desta edição, intitulado *Civil Society Participation in Public Policy Processes in Brazilian Tourism: the Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum*, de Cintia Moller, trata-se de um trabalho convidado que foi originalmente apresentado na Associação Internacional de Experts em Turismo (AIEST). Esta associação foi criada no âmbito da ONU, no pós guerra, em 1947 e é uma das entidades de turismo mais importante do mundo, reunindo os estudiosos mais renomados e destacados no mundo dentro do campo turístico, ao lado da OMT (Organização Mundial do Turismo), esta atuando como braço executivo das políticas de turismo da ONU.

Seu trabalho se debruça sobre o processo de institucionalização de novos mecanismos de participação societal, promovidos pós Constituição de 1988. Empiricamente a autora estuda qualitativamente uma dessas estruturas de gestão participativa, o fórum permanente da Região Turística Itupararanga-Sorocabana, no interior do Estado de São Paulo, ao se questionar sobre em que medida essas arenas têm contribuído efetivamente para construir um processo de políticas públicas mais pluralista e democrático, integrando uma variedade de atores, no debate das políticas públicas. A autora conclui que, apesar do discurso de expansão da participação da sociedade civil no processo de política pública, na realidade turística pesquisada, ainda permanece o desafio de inclusão de alguns segmentos tradicionalmente excluídos dessas arenas decisórias.

De forma complementar ao debate iniciado pelo primeiro artigo, ainda na área de gestão pública, o texto de Jaqueline Santos e Gesinaldo Cândido, *Engajamento entre os diversos atores sociais para o alcance do Turismo Sustentável: uma discussão sobre seus diferentes papéis*, discute teoricamente o processo de incisão dos diversos atores sociais para o planejamento e a execução de ações visando a promoção do desenvolvimento sustentável nas localidades turísticas. Analiticamente os autores propõem um modelo teórico sobre o modo de articulação entre os diferentes atores na esfera pública do turismo, identificando não apenas os papéis de cada um, com deveres e obrigações distintos, mas também com responsabilidades e capacidade de ação complementar que pode ser utilizada, se for organizada, de forma efetiva para o desenvolvimento turismo sustentável. Assim, o elemento essencial neste processo parece ser o próprio processo de organização em si mesmo da atividade coletiva, o que nos leva abertura e colocação de novos questionamentos, orientadores de futuras pesquisas.

Ainda sob a égide gestão pública, o terceiro trabalho desta edição, intitulado *O Turismo e a Renda dos Idosos: a experiência brasileira com o Programa "Viaja Mais*

*Melhor Idade"*, explora a relação entre políticas públicas, demografia e turismo. Visando discutir os estímulos estatais para o desenvolvimento do turismo de terceira idade, associado às políticas de proteção social e de garantia de renda, as autoras Fabíola Cristina Costa de Carvalho e Cássia Carolina Borges da Silva exploram teoricamente, com a ajuda de dados secundários, como os serviços de lazer para a terceira idade, vem ganhando espaço com o recente desenvolvimento socioeconômico experimentado pelo Brasil, e sua consequente expansão de renda e crédito para vários segmentos da população, inclusive os idosos, que, do ponto de vista das empresas turísticas, são um grande nicho de mercado, uma vez que reúnem (ou passam a reunir, devido a esse novo contexto) duas condições básicas para a prática do turismo: renda e tempo livre. Assim, analisando as estratégias governamentais de estímulo ao turismo para este segmento, dadas pelo Programa "Viaja Mais Melhor Idade", elas concluem realizando um balanço dos êxitos e as falhas do primeiro ciclo do programa, executado entre os anos de 2007 e 2010, bem como das oportunidades observadas para o segundo ciclo iniciado durante o segundo semestre de 2013, evidenciando que o programa governamental em questão foi bem sucedido, mais do que o esperado, embora a ampliação dos destinos emissores e receptores, além de uma maior oferta de produtos aos aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário-mínimo, poderiam expandir ainda mais esse sucesso.

O quarto texto dessa edição é assinado por Nathália Caroline Dias e versa sobre as temáticas de políticas públicas e patrimônio. O texto *A Cachaça é nossa: Cultura e ideologia na construção da identidade nacional* propõe uma interpretação de como a cachaça, bebida tradicional do país, foi ressignificada ao longo do tempo, saindo de sua associação à marginalidade e a pessoas de baixa renda e estrato social, para um bem de consumo cultural, vinculado a um apelo tradicionalista de patrimônio cultural, ligado a outro estrato social de mais alta renda e capital cultural. Tal processo, em sua leitura, se deu, sobretudo, no contexto contemporâneo de comercialização da cultura e promovido pelo Estado, que por meio do registro legal em dois decretos, promove o processo de reapropriação da cultura popular. Tal processo, ideológico, operado pelo Estado com a mediação de intelectuais, caracteriza-se como instrumento ideológico de construção da identidade nacional brasileira em que a bebida é apresentada como manifestação que rememora uma suposta origem histórica da nação, reforçando aspectos de uma identidade nacional consensual e homogênea.

O quinto artigo, *Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo*, de Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, Laura M. Marques Fernandes, traz à baila uma renovada perspectiva para a discussão do turismo com base na categoria da mobilidade. Baseando-se na perspectiva dos estudos demográficos, as autoras

propõem uma leitura do turismo, amparada em uma lente teórica analiticamente fundamentada em autores da corrente francesa, como um tipo especial (ou específico) do processo de migração. Visando descortinar o debate existente na produção científica em torno do entendimento dos fluxos turísticos enquanto mobilidade temporária e avançar na construção teórica que inclui o turismo como mobilidade, elas percorrem o itinerário da discussão sobre migração, mobilidade, turismo com o intuito de explicar a concepção de turismo como mobilidade sazonal e migração temporária. Assim, se conclui que os teóricos do turismo estudados, tanto os franceses como os brasileiros, explicam de forma convincente a mobilidade turística, sendo essa uma perspectiva merecedora de atenção para produzir avanços neste campo de conhecimentos.

Também discutindo a mobilidade, o sexto artigo, *Flujo y perfil del mercado turístico nacional en Mazatlán, Sinaloa durante el periodo 2012-2013*, de Omar Lizárraga Morales, faz uma análise dos fluxos turísticos domésticos e internacionais tomando como ponto de partida o destino turístico de Mazatlán, Sinaloa, México. Com base numa metodologia quantitativa operacionalizada por levantamentos realizados em três períodos, Inverno (2012), Semana Santa (2013) e Verão (2013), o autor enfatiza o perfil socioeconômico e as motivações dos grupos demográficos de cada temporada, bem como faz uma comparação entre eles a fim de explicar a composição do mercado nacional de viagens e turismo e suas características. Assim, se conclui a peça com um esboço teórico sobre os fatores de atração no turismo, embasado empiricamente na análise cartográfica da estrutura e distribuição desse fluxo no espaço e no tempo. Este texto traz duas contribuições importantes: de um lado, reforça a discussão teórica sobre migração iniciada pelo texto anterior de Coriolano e Fernandes; e, de outro, materializa uma análise empírica sobre fluxos turísticos, demonstrando sua circulação no espaço, contribuindo para a operacionalização dos conceitos.

O sétimo artigo de Thais Rosa Pinheiro, *Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro*, analisa a participação da comunidade no desenvolvimento da atividade turística, da localidade turística de Paraty (RJ). Tomando este cenário como estudo de caso, os autores propõem um conjunto de indicadores de sustentabilidade para monitoramento da atividade turística no quilombo do Campinho da Independência e ressalta a importância de incluir áreas quilombolas dentro do setor censitário do IBGE. Eles partem do referencial teórico do turismo de base comunitária, como uma alternativa ao modelo de turismo tradicional. Além disso, os autores fazem uma crítica ao fato de que este tipo de turismo, por estar baseado somente no crescimento econômico, afeta os destinos receptores, excluindo a cultura local. Ademais, o

trabalho, do ponto de vista metodológico, se deu a partir de um estudo bibliográfico para identificar um conjunto de indicadores para a atividade turística, incorporados dentro das dimensões da sustentabilidade com base nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS).

Os autores do oitavo artigo, *A produção científica em turismo no Brasil: reflexões e proposições a partir de um estudo revisional*, Luciana Araújo de Holanda, Gloria Maria Widmer e Sérgio Rodrigues Leal, tomam como objeto de estudo os trabalhos científicos e acadêmicos brasileiros sobre turismo, tomando como referência trabalhos de conclusão de curso de graduação, bibliografia especializada, anais de eventos científicos, periódicos, dissertações e teses de turismo. Amparados numa pesquisa bibliográfica e documental, eles trazem à tona um panorama geral desses trabalhos, evidenciando a assistemática, insuficiência e fragmentação da produção nacional. Os autores concluem que ainda são limitadas as iniciativas no sentido de conhecer e sistematizar o conhecimento científico em turismo produzido no Brasil, o que leva a sua subutilização e impede o avanço no desenvolvimento científico da área, e ponderam que seria desejável esforços coletivos, tais como criação de bancos de dados online e de redes de cooperação entre os pesquisadores, para superar esta situação.

Thiago Duarte Pimentel  
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior  
Co-editores